

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO
SUL/RS: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Alexandra Rosa Silva

**Agudo, RS, Brasil
2014**

**O PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO
SUL/RS: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

por

Alexandra Rosa Silva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Agudo, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL/RS:
REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

elaborada por
Alexandra Rosa Silva

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me.
(Presidente/Orientador)

Myrian Cunha Krum, Me. (UFSM)

Claudio Emelson Guimarães Dutra, Me. (UFSM)

Agudo, 28 de novembro de 2014.

“Há horas em que o ideal e o real parecem tão distantes, em que o desejo, o sonho e a luta diferenciam-se tanto das possibilidades reais que chegamos a acreditar na impossibilidade de sua aproximação. Nestes momentos, no entanto, é necessário lembrar de nossa condição básica de seres humanos, utópicos por excelência, mas conscientes da necessidade de quebrar a distância e de mostrar que é possível tornar o sonho realidade.”
(Autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

Neste momento quero agradecer a todas as pessoas que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho:

Agradeço aos professores, colegas e tutores do Curso de Especialização em Gestão Educacional UAB/UFSM. Em especial a tutora Márlis Cassol.

À minha querida orientadora, pela sua dedicação, paciência e carinho diante de tantas angústias.

Agradeço a minha família pelo amor e incentivo sempre.

As professoras, sujeitos dessa pesquisa, pela imensa contribuição e pelo trabalho que desenvolvem em seu município. Em especial à Franciele Linke pela atenção e disponibilidade.

À Deus por ter me iluminado em todos os momentos desta caminhada.

Muito obrigada!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL/RS: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

AUTORA: ALEXANDRA ROSA SILVA

ORIENTADORA: PROF^a. Me. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 28 de novembro de 2014.

A Educação Infantil ganhou visibilidade e um espaço significativo na vida de muitas famílias, propiciando um olhar diferenciado para sua gestão, pois hoje não podemos mais pensar na escola infantil como um local, apenas, para cuidar e brincar com as crianças. Desta forma, lançamos nosso olhar para o Proinfância que teve início das suas atividades em 2013 no município de São Pedro do Sul/RS, buscando compreender o processo de elaboração do seu Projeto Político Pedagógico para atender as demandas educacionais e sociais que a escola vai abarcar, em especial, compreender o olhar de gestores e professores na construção dessa proposta a partir do seguinte problema de pesquisa: Como foi efetivada a construção do Projeto Político Pedagógico do Proinfância em São Pedro do Sul/RS? Este estudo foi guiado por uma abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1987), do tipo estudo de caso. Os sujeitos desta pesquisa foram duas professoras que atuam na Educação Infantil, a diretora da escola, bem como, a Secretária de Educação e a Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação de São Pedro do Sul. Os dados foram coletados por meio de um questionário e sua análise realizada a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Identificamos duas categorias que permearam todas as falas das professoras: o Projeto Político Pedagógico como norteador do fazer pedagógico na escola e a Educação Infantil como um espaço da criança. Percebemos que além de profissionais qualificados, esta deve ter um Projeto Político Pedagógico que a oriente e que lhe indique caminhos para uma nova prática. Para tanto, sua gestão se faz através de competências técnicas e humanas, que mobilizem a construção e a efetivação para transformar o ambiente escolar em espaço de inovação emancipatória, tornando os sujeitos envolvidos cúmplices de uma proposta de educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Projeto Político Pedagógico. Gestão escolar democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

THE PROINFÂNCIA THE MUNICIPALITY OF SÃO PEDRO SUL/RS: REFLECTION ON THE DRAFT POLICY EDUCATIONAL

AUTHOR: ALEXANDRA ROSA SILVA

ADVISER: PROFa. Me. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Date and place of Defense: Agudo/RS, November 28, 2014.

The Early Childhood Education gained visibility and a significant change in the lives of many families, giving a different look to their management, because today we can no longer think of kindergarten as a place just to care for and play with the kids. Thus, we direct our gaze to Proinfância which began its activities in 2013 in the municipality of São Pedro do Sul/RS, seeking to understand the development of their Political Pedagogical Project process to meet the educational and social demands that schools will embrace, in particular, understanding the look of managers and teachers in developing this proposal from the following research problem: How effective was the construction of the Political Pedagogical Project Proinfância in São Pedro do Sul / RS? This study was guided by a qualitative approach (TRIVIÑOS, 1987), case study type. The subjects were two teachers working in kindergarten, the school principal, as well as the Secretary of Education and the Pedagogical Coordinator of the Secretary of Education of São Pedro do Sul. The data were collected through a questionnaire and their analysis performed from the content analysis (Bardin, 1977). We identify two categories that permeated all testimonies of the teachers: the PPP as a guide to pedagogical school and early childhood education as an area of the child. We realize that in addition to qualified professionals, this must be one that the east and that will give a new practical ways for Political Pedagogical Project. For both, their management is done through technical and human competencies, to mobilize the construction and execution to transform the school environment in space emancipatory innovation, making the subjects involved accomplices of a proposal for a quality education.

Keywords: Early Childhood Education. Political Pedagogical Project. Democratic school management.

LISTA DE ANEXO

Anexo – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	40
---	----

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice – Questionário da pesquisa.....	41
--	----

SUMÁRIO

APRESENTANDO O TEMA.....	11
CAPÍTULO 1	
1 A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	16
1.1 Pensando a Gestão Escolar com vistas à Gestão Democrática.....	16
1.1.1 O Projeto Político Pedagógico: diálogo entre a escola e a comunidade.....	18
1.2 A Educação Infantil na perspectiva das políticas públicas.....	20
1.2.1 O Proinfância: implementação, desafios e impactos.....	24
CAPÍTULO 2	
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO PROINFÂNCIA EM SÃO PEDRO DO SUL: REPERCUSSÕES NA PRÁTICA.....	28
NOVAS CAMINHADAS À VISTA.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

APRESENTANDO O TEMA

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica (LDB 9.394/96), ganhou visibilidade e um espaço significativo na vida de muitas famílias, propiciando um olhar diferenciado para sua gestão, pois hoje não podemos mais pensar na escola infantil como um local, apenas, para cuidar e brincar com as crianças. Além de profissionais qualificados, esta deve ter um Projeto Político Pedagógico (PPP) que a oriente e que lhe indique caminhos para uma prática em consonância com o espaço que a Educação Infantil ocupa no cenário educacional.

Para tanto, sua gestão se faz através de competências técnicas e humanas, que mobilizem a construção e a efetivação para transformar o ambiente escolar em espaço de inovação emancipatória, tornando os sujeitos envolvidos cúmplices de uma proposta de educação de qualidade.

Diante desse novo olhar sobre a Educação Infantil, algumas propostas do Governo Federal, como o Proinfância (Resolução/CD/FNDE N. 006 de 24 de abril de 2007), estão sendo desenvolvidos em diversas regiões do País. E, em torno disso, estão acontecendo formações e capacitações para os gestores e professores que atuam na Educação Infantil, a fim de qualificar esse trabalho desenvolvido com as crianças, já que essas unidades irão oferecer educação em turno parcial e/ou integral.

Nesse sentido, percebemos em nossa sociedade, a necessidade da escola elaborar um trabalho que venha a promover a aprendizagem efetiva e significativa para as crianças, desenvolvendo atitudes, habilidades e conhecimentos que a contemporaneidade exige. E, acreditamos em um trabalho que mobiliza, de forma permanente, os integrantes da comunidade escolar para que assim, todos se corresponsabilizem pela gestão do conhecimento e da aprendizagem.

Buscando uma compreensão maior em relação a essa nova escola idealizada de Educação Infantil, que esta sendo implantada em diversas regiões do País, é que lançamos nosso olhar para o Proinfância, que teve inicio das suas atividades em 2013 no município de São Pedro do Sul/RS, buscando compreender o seu processo de elaboração para atender as demandas educacionais e sociais que a escola vai abarcar, em especial, compreender o olhar dos gestores e professores na construção dessa proposta. Desta forma, apresentamos o seguinte problema de

pesquisa: Como foi efetivada a construção do Projeto Político Pedagógico no Proinfância em São Pedro do Sul/RS?

Pensando nesse contexto, e em algumas questões pertinentes a esse processo, elaboramos os seguintes objetivos da pesquisa:

Objetivo geral:

- Compreender o processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Unidade do Proinfância localizada em São Pedro do Sul/RS.

Objetivos específicos:

- Investigar a construção do Projeto Político Pedagógico do Proinfância de São Pedro do Sul/RS;

- Analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade do Proinfância de São Pedro do Sul/RS;

- Conhecer as concepções da equipe gestora da escola e da Secretaria Municipal de Educação em relação à Educação Infantil na perspectiva do Proinfância;

- Analisar as concepções de infância, currículo e Projeto Político Pedagógico da equipe gestora e professores da escola, e da Secretaria Municipal de Educação de São Pedro do Sul/RS.

Acreditamos que a escola precisa estar aberta às diversas possibilidades de educação, precisa ser pensada e constantemente ser replanejada para atender as reais necessidades dos alunos, cumprindo seu papel social. Nesse sentido, temos que considerar a prática pedagógica do professor como objeto de reflexão ao longo do processo formativo, valorizando a docência como atividade intelectual, crítica e reflexiva.

O interesse em pesquisar esse tema se justifica por eu ser professora na rede municipal de ensino de Dilermando de Aguiar/RS desde o ano de 2006, município próximo de São Pedro do Sul/RS, por ter o privilégio de atuar como professora de Educação Física na Educação Infantil e também, pelo fato de Dilermando de Aguiar/RS, em breve, inaugurar sua unidade do Proinfância tipo C.

Nesse sentido, acredito que essa pesquisa pode contribuir para a organização do PPP da nova escola de Educação Infantil, bem como, pretende contribuir para que todos os envolvidos no processo assumam o compromisso de desenvolver um trabalho de qualidade pensado para as crianças da Educação Infantil.

Este estudo foi guiado por uma abordagem qualitativa, tendo como função atribuir significados para as ações e relações humanas. A pesquisa qualitativa, segundo Trivinõs (1987, p.137):

[...] se desenvolve em interação dinâmica, retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para novas buscas de informações.

Lüdke & André (1986) colocam cinco características para a abordagem qualitativa, referindo-se ao estudo de Bogdan e Biklen (1982). Na primeira característica, determina-se que o pesquisador deve ter um contato direto e prolongado com o ambiente ou com a situação a ser investigada. A segunda refere-se à coleta das informações, sendo esta rica em descrições pessoais, situações e acontecimentos. Na terceira característica, destaca-se uma maior preocupação em relação à maneira como o problema de estudo se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Como quarta característica temos o significado que os participantes dão às coisas e à vida. A última característica é a análise das informações ou dados seguindo um processo indutivo, no qual, inicialmente, têm-se focos de interesse amplos, mas que, ao final, vão se reduzindo, tornando-se mais diretos e específicos.

Ao identificar essas características como partes do processo da investigação, consideramos que a abordagem qualitativa e o estudo de caso contemplam esta pesquisa de maneira relevante, pois tal abordagem trabalha com o significado das ações e das relações humanas, e este trabalho busca compreender o processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Infantil de São Pedro do Sul/RS, que se configura no caso a ser estudado.

Para Lüdke & André (1986, p.17), o estudo de caso “é o estudo de um caso, seja ele simples e específico [...], mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”. As autoras destacam ainda, como características ou princípios do estudo de caso, a interpretação em contexto, ou seja, como pesquisadores precisamos compreender as ações, os comportamentos e as interações do nosso problema de pesquisa vinculado a sua realidade.

Os sujeitos desta pesquisa foram duas professoras que atuam na Educação Infantil, a diretora da Escola, bem como, a Secretária de Educação e a Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação de São Pedro do Sul/RS. Os dados foram coletados por meio de questionário e a partir da análise do PPP da Unidade do Proinfância do município.

Segundo Negrine (2004, p. 80), o questionário

[...] quando utilizado em pesquisas de corte qualitativo, as perguntas que compõem o instrumento como um todo, devem ser estruturadas de tal forma, que se ajustem à problematização do estudo. Isso significa que o pesquisador ao proceder a análise das respostas dadas pelos participantes deve poder interpretá-la e, de certa forma, encontrar respostas para seu projeto inicial.

Para isso, os sujeitos desta pesquisa foram orientados para que respondessem em seus questionários o processo de elaboração do PPP, possibilidades de mudança, suas concepções de Educação Infantil e a maneira como lidam com as situações da prática pedagógica. As análises do questionário foram realizadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Bardin (1977) apresenta três etapas básicas no trabalho com a análise de conteúdo: a pré-análise, que consiste na organização do material; a descrição analítica que é o aprofundamento do estudo, e a interpretação referencial que é a reflexão apoiada nas informações realizadas nas etapas anteriores.

Como pretendíamos compreender o processo de construção do PPP da Unidade de Proinfância no município de São Pedro do Sul/RS, organizamos este estudo em dois capítulos.

No capítulo 1 – *A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA*, elaboramos a discussão, a qual apresenta as dimensões da problematidade do assunto. Nesse, adentramos na complexidade da temática, através do percurso de explicitação do conteúdo teórico das categorias que permitiram a reflexão articulada acerca da Gestão Escolar com vistas à Gestão Democrática, do PPP como o diálogo entre escola e a comunidade articulando com a Educação Infantil na perspectiva das políticas públicas e do Proinfância.

No capítulo 2 – *A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO PROINFÂNCIA EM SÃO PEDRO DO SUL: REPERCUSSÕES NA PRÁTICA*, apresentamos e analisamos os dados apresentados pelas professoras, sujeitos

desta pesquisa, acerca da Educação Infantil, do PPP, da gestão democrática e das repercussões da Unidade do Proinfância no fazer pedagógico dos professores.

Para finalizar, apresentamos – NOVAS CAMINHADAS À VISTA, onde dialogamos sobre as possibilidades de reflexão dos dados empíricos e das categorias teóricas, o que nos possibilitou fazer novos questionamentos e apresentar nossas conclusões, até então, pois sabemos que as finalizações são provisórias e que há muito ainda para ser construído diante do que pretendemos. Estamos apenas começando esta caminhada!

CAPÍTULO 1

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

1.1 Pensando a Gestão Escolar com vistas à Gestão Democrática

Pensar a gestão escolar nos dias atuais exige a compreensão do seu processo histórico e da dimensão que abrange o espaço escolar. A gestão requer a participação consciente das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho, e está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LUCK, 2006).

Nesse sentido, reforçamos a importância de ações articuladas e em conjunto na escola para se construir uma educação de qualidade, pois para que isso ocorra é necessário compreender a escola de uma forma global, enfim, como uma instituição social, capaz de promover a sinergia pedagógica. Essa sinergia pedagógica promove uma gestão escolar democrática e participativa associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema educacional.

O grande desafio da gestão escolar é compreender que a complexidade do processo do ensino depende da ação coletiva, de espírito de equipe, enfim, precisa que todos os envolvidos no processo estejam conscientes de suas responsabilidades e desejem a transformação de suas realidades. No espaço escolar é necessário um trabalho integrado, de valorização do humano. Assim, “gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades” (FERREIRA, 2004, p. 1241).

A gestão significa se comprometer com a formação da cidadania, compreendendo a cultura globalizada como um espaço possível para a construção e vivência de diferentes valores e culturas com o objetivo de garantir a qualidade da educação e a formação de sujeitos capazes de fazer escolhas, de agir com

autonomia e responsabilidade. Para Freire (2003), a autonomia é fundamental no ato de educar, pois é assim que podemos construir uma sociedade democrática que a todos respeita e dignifica. A autonomia está ligada a outros princípios basilares da prática educativa, tais como, o comprometimento e a tomada consciente de decisões.

Portanto, pensar a escola hoje nos remete a repensar suas ações e práticas de gestão desenvolvidas até o momento, pois não podemos mais aceitar e fazer de conta que vivemos a democracia no espaço escolar com base em “representações simbólicas” de participação. Acreditamos que o trabalho na escola precisa ser coletivo e realizado a partir da participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Exige curiosidade epistemológica (FREIRE, 2003), ou seja, exige que o ato de conhecer se efetive numa perspectiva crítica.

Nesse sentido, a gestão escolar democrática prevê participação, comprometimento, divisão de responsabilidades, tomada de decisões e autonomia. Como diz Luck (2006), a gestão escolar democrática não se limita a proporcionar espaços de participação, mas sim, em promover o envolvimento de todos nas decisões referentes ao contexto escolar a partir da gestão partilhada, qualificando a participação de todos os envolvidos, permitindo a estes serem sujeitos ativos, comprometidos e responsáveis pela construção coletiva da educação de qualidade e que atenda princípios de igualdade, de acesso e permanência na escola, igualdade de participação e de oportunidades de vida, bem como, que sua participação atenda a valores como a ética, a solidariedade, a equidade e o compromisso.

A participação de todos os segmentos da comunidade escolar propicia a gestão democrática e possibilita a todos sentirem-se sujeitos ativos, autônomos e responsáveis pela construção de novos caminhos para a educação, promovendo transformações significativas em seu contexto, superando dificuldades e limitações encontradas nesse processo.

Motivada pelo encantamento e complexidade que envolve a educação, o tema desta pesquisa refere-se à construção e implementação do PPP de uma escola Infantil (Proinfância) no município de São Pedro do Sul/RS. A busca de um fazer pedagógico inovador e de qualidade está atrelada à elaboração e efetivação de um PPP que organize, legitime e identifique todo o trabalho educativo de uma escola infantil, projeto este diretamente ligado a uma gestão escolar democrática.

Acreditamos que esta proposta não deve ser normativa, nem rígida, mas, sim, eixo condutor para sua ação, na qual o papel da gestão deverá ser, mais do que nunca, fruto do trabalho participativo de todos os envolvidos no processo educativo de cada escola, inserida em uma determinada realidade, contextualizada em um espaço socioeconômico e cultural diferenciado. Como diz Silva (2006),

É na construção do PPP que a comunidade escolar (Pais, Professores, Alunos, Funcionários) debate, discute e estabelece suas concepções de homem, de mundo, de sociedade, de conhecimento, de currículo, de avaliação e tantas outras, com o objetivo de criar referências e diretrizes próprias para as práticas que pretende implantar (SILVA, 2006, p. 1).

Assim, pensando na Educação Infantil, foco desta pesquisa, acreditamos que toda a instituição de Educação Infantil deve ter um PPP que norteie o funcionamento global de sua ação educativa e que dê identidade ao seu trabalho, como um texto organizador formulado para atender ao contexto ao qual se destina, a partir das concepções, dos sonhos e das intenções daqueles que o projetam.

Nesse sentido, os gestores e professores tem um importante papel na dinâmica curricular da escola, pois são eles que irão dar vida ao que foi pensado coletivamente na elaboração do PPP. Desta forma, os gestores e os professores precisam ter conhecimento e clareza sobre o trabalho que estão realizando, bem como, as concepções de homem, mundo e sociedade que estão atreladas ao currículo, ou seja, ao tipo de sujeitos que pretendem formar.

Quando a escola decide como será sua organização precisa saber respeitar os percursos individuais a partir do trabalho coletivo, a fim de consolidar uma sociedade democrática. E, ter sempre presente a questão do currículo como flexível, multicultural, transversal, dialético e capaz de provocar significativas transformações sociais. Portanto, a elaboração do PPP constitui-se em oportunidade singular para promover o diálogo e planejar os rumos da escola, tendo como base as demandas da comunidade.

1.1.1 O Projeto Político Pedagógico: diálogo entre a escola e a comunidade

O PPP constitui-se em um importante instrumento para promover a dialogicidade entre a escola e a comunidade. Trata-se da organização do trabalho

pedagógico da escola com base nas demandas da comunidade. Nesse sentido, é importante conceituar o que entendemos por PPP tomando como base os estudos de Veiga (2001, 2002), Vasconcellos (2002) e Ferreira (2007).

Para Veiga (2002), o sentido do PPP na escola é o de planejar as ações que a escola pretende desenvolver devendo ser construído e vivenciado no dia-a-dia por todos os envolvidos no processo educativo. Ou seja, é “um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade” (VEIGA, 2002, p. 13).

Vasconcellos (2007, p.17) entende o PPP como:

A sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição.

Para tanto, o PPP é um documento que sintetiza as características do fazer educativo em um dado espaço e tempo, onde é apresentada a escola sonhada, projetada e imaginada (FERREIRA, 2007). Trata-se de uma “construção coletiva, um espaço para a participação de todos, onde professores e estudantes constituam-se sujeitos, ao mesmo tempo, eternos aprendizes, produzindo conhecimentos provisórios, fruto do consenso, do diálogo, das diferenças (FERREIRA, 2007, p. 38). Contudo, Veiga (2002) considera importante no PPP o comprometimento com as múltiplas necessidades sociais e culturais dos sujeitos onde a escola está inserida, pois ele é permeado de intencionalidade daquilo que pensamos e desejamos para a educação.

Assim, é preciso ter a clareza que o PPP da escola revela sua intencionalidade educativa, comprometido com as necessidades sociais e culturais do meio em que esta inserida. Hoje, a grande preocupação e discussão da educação estão em torno da qualidade da educação (VEIGA, 2002). As políticas públicas estão sendo pensadas para melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor. É a garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos, por meio de ações, programas e políticas de governo.

Nesse sentido, o PPP não pode ser um documento pronto e acabado atendendo a fins burocráticos, mas sim, a busca da comunicação e do diálogo com

os saberes locais, envolvendo todos os sujeitos do contexto histórico, evitando fragmentações.

Acreditamos que é nesse sentido que o PPP da escola deve ser construído e pensado, identificando elementos do contexto que podem contribuir para melhorar a qualidade da educação e garantir os direitos de aprendizagem de todos. A educação tem o compromisso de desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania, para que este seja um sujeito autônomo e capaz de participar das decisões políticas do seu país. Para tanto, Vasconcellos (2007, p. 21) afirma que:

O Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um *ethos* onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o Projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização, e através disto permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade, e mesmo com os órgãos dirigentes.

A elaboração do PPP constitui-se em oportunidade singular para promover o diálogo e planejar os rumos da escola, tendo como base as demandas da comunidade. Veiga (2002) apresenta os seguintes princípios norteadores do PPP: igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade para todos, gestão democrática, liberdade associado à ideia de autonomia e valorização do magistério. Todos esses princípios constituem o PPP da escola e precisam estar articulados na organização do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, podemos apresentar alguns elementos básicos para a estruturação do PPP: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação (VEIGA, 2002; FERREIRA, 2007; VASCONCELLOS, 2007). Todos esses elementos compõem o PPP e nos auxiliam a compreender sua construção e intencionalidade pedagógica.

1.2 A Educação Infantil na perspectiva das políticas públicas

A Educação Infantil no Brasil e no mundo apresentou sua expansão acompanhada do aumento da população e sua conseqüente urbanização e

alteração na estrutura das famílias, bem como, do entendimento da importância das experiências vivenciadas durante a primeira infância. Portanto, podemos dizer que o atendimento institucional à criança pequena, apresenta ao longo da sua história, divergentes concepções sobre sua finalidade social.

Por um período de tempo houve uma concepção de educação assistencialista direcionada as famílias de baixa renda. E no percurso da história é possível observar que o nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno pode ser situado entre os séculos XVI e XVII, quando a escola organizou-se devido a situações pertinentes como o desenvolvimento científico, a invenção da imprensa, a implantação da sociedade industrial (BUJES, 2001).

Desse modo, o atendimento escolar das crianças de zero a cinco anos passou a ser reconhecido na Constituição Federal (1988), artigo 208, como sendo um dever do Estado e um direito da criança, efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade (BRASIL, 1988, p. 56).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 1996 alterada pela Lei n. 12.796, de 2013, reafirma essas mudanças e fortalece o atendimento e a educação as crianças de zero a cinco anos de idade (artigo 29 e 30, incisos I e II). A partir disso, podemos afirmar que a Educação Infantil, como complementar a convivência familiar, é historicamente um fato recente, como salienta Bujes (2001, p.13) “este percurso, por outro lado, só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância”.

Essas mudanças podem ser percebidas a partir da Constituição Federal (1988), que lançou desafios para se pensar a Educação Infantil com base em políticas públicas que assegurem seu desenvolvimento e qualidade. Dentre elas, podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 1990) que traz no artigo 54, inciso IV, o dever do Estado em assegurar à criança o atendimento em creche e pré-escola, bem como, indica:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p. 25)

Logo, outros documentos, tais como, a Política Nacional de Educação Infantil (1994), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a Política Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros de Qualidade (2006), os Indicadores de Qualidade (2009) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) foram contribuindo para ampliar o sentido da Educação Infantil e do ser criança.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica (LDB, 1996), busca legitimar a demanda social de educação e cuidado ao desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de até os cinco anos de idade, assumindo a finalidade de desenvolver a criança (BASSEDAS et al., 1999). A LDB (1996) traz a Educação Infantil como complementar a família e a comunidade, passando a escola a ser a responsável pela ampliação dos conhecimentos e demais experiências vivenciadas pela criança. Assim,

Art. 29 A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 21).

Diante disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) fixadas através da Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009, considera a criança como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

A criança, portanto, é o foco de todo o trabalho a ser desenvolvido na Educação Infantil, sendo respeitado e valorizado suas experiências e saberes, articulando-os com os conhecimentos do patrimônio da humanidade. Desta forma,

sua proposta pedagógica precisa ser construída para atender as necessidades da criança, de educar e cuidar, promovendo aprendizagem e desenvolvimento.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p. 18).

Nesse sentido, a gestão escolar revela-se nos dias de hoje como um processo muito importante para a consolidação de um trabalho de qualidade na Educação Infantil. Apresenta-se com complexidade e com muitos desafios, pois cada organização escolar requer a tomada de decisões e a coordenação de muitas atividades. Portanto, os gestores enfrentam novos desafios que vão surgindo ao longo da implantação de diferentes políticas públicas, que irão gerir os pressupostos técnico-pedagógicos das instituições escolares, tal qual surge para a Educação Infantil.

O PPP na Educação Infantil e o papel da gestão em sua construção e efetivação são os eixos norteadores desta pesquisa, que pretende discutir as relações entre estes dois aspectos, ressaltando, sobretudo suas possibilidades e limitações frente ao cenário educacional da escola de Educação Infantil.

A busca de um fazer pedagógico inovador e de qualidade está atrelada à elaboração e efetivação de um PPP que organize, legitime e identifique todo o trabalho educativo de uma escola infantil, projeto este diretamente ligado a uma gestão escolar democrática. Cerisara (1995) afirma que esta proposta não deve ser normativa, nem rígida, mas, sim, eixo condutor para sua ação, na qual o papel da gestão deverá ser, mais do que nunca, fruto do trabalho participativo de todos os envolvidos no processo educativo de cada escola, inserida em uma determinada realidade, contextualizada em um espaço socioeconômico e cultural diferenciado.

Assim, todas as instituições de Educação Infantil devem ter um PPP que norteie o funcionamento global de sua ação educativa e que dê identidade ao seu trabalho, como um texto organizador formulado para atender ao contexto ao qual se destina, a partir das concepções, dos sonhos e das intenções daqueles que o projetam.

Vasconcellos (2002, p.169) afirma que este documento se constitui

[...] na sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação.

Portanto, torna-se pertinente conhecer o processo de construção do PPP da escola de Educação Infantil de São Pedro do Sul/RS para conhecer sua identidade, sonhos, desejos e aspirações e conduzir um trabalho de qualidade, coletivo e com significado para todos os envolvidos nesse contexto.

1.2.1 O Proinfância: implementação, desafios e impactos

O Programa Proinfância foi lançado em 2007 pelo Governo Federal (MEC/FNDE Resolução n. 6/2007) e atualmente incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O Proinfância é:

Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública da Educação Infantil, criado pelo governo federal (MEC e FNDE), visando aprimorar a infraestrutura escolar, referente ao ensino infantil, tanto na construção das escolas, como na implantação de equipamentos e mobiliários adequados, uma vez que esses refletem na melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2007).

Este Programa visa padronizar e qualificar as unidades escolares de Educação Infantil da rede pública, bem como, ampliar a oferta de vagas na primeira etapa da Educação Básica, buscando atender a Emenda Constitucional n. 59/2009 que determinou a matrícula obrigatória para todas as crianças de 4 e 5 anos até o ano de 2016. Trata-se de uma estratégia para garantir a oferta de atendimento.

É importante destacar, também, que o Proinfância é um programa que visa o comprometimento da União com os municípios, no sentido, de garantir a oferta de Educação Infantil para as crianças entre 0 e 6 anos, bem como, de ampliar e qualificar o atendimento nessa faixa etária. Sabemos que a Educação Infantil, assim como, o Ensino Fundamental, é responsabilidade dos municípios, conforme CF/88 (Art. 211,§ 2º) e LDB 9.394/96 (Art.11, inciso V), nesse sentido, trata-se de uma

forma de auxiliar os municípios a cumprir a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei n.13.005/2014) que pretende:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 3).

Para serem contemplados com o Programa Proinfância, os municípios fazem a adesão ao Plano de Metas e elaboram o Plano de Ações Articuladas (PAR) de sua localidade para receber essa assistência (FNDE, 2008). Os critérios para aderir ao Programa envolve a condição populacional, educacional e social dos municípios (MEC, FNDE, 2007). O município de São Pedro do Sul/RS foi contemplado com uma Unidade do Proinfância tipo B, que comporta 120 crianças de 0 a 5 anos em turno integral ou 240 em turno parcial. Essa definição sobre os turnos depende da demanda local do município e também é definido na proposta da escola.

Em pesquisa recente realizada por Flores e Mello (2012, p. 13) com o objetivo de analisar a implantação e o impacto do Proinfância no Rio Grande do Sul, as pesquisadoras constataram que o Programa “materializa uma política pública de colaboração entre União e municípios que amplia, efetivamente, o acesso à educação infantil, repercutindo positivamente para a oferta de novas vagas no estado investigado”. Porém, alertam que ainda faltam vagas para creche e pré-escola em municípios com maior demanda de vagas.

Outra questão apresentada pela pesquisa refere-se a contrapartida municipal prevista no convênio, em que muitos municípios encontram dificuldades para a sua implementação devido a questões financeiras. Além disso, destacou que

[...] ao longo do processo de implementação do funcionamento dos novos estabelecimentos dentro das determinações legais para a oferta de educação infantil, surgem demandas que evidenciam a necessidade de apoio técnico aos municípios que ultrapasse a cooperação em termos de aporte financeiro para que tal política se torne, de fato, uma possibilidade de efetivação do direito à educação infantil pública, gratuita, laica e de qualidade, conforme determina a Constituição Federal de 1988 (FLORES; MELLO, 2012, p. 14).

Nesse sentido, podemos evidenciar a importância de qualificar os profissionais que atuam nessas unidades, bem como, a elaboração de um PPP

capaz de abarcar as necessidades do local em que está inserida, de garantir o direito à Educação Infantil de qualidade e de promover a gestão escolar democrática.

Com isso, os municípios contemplados com o Programa Proinfância na região central do RS estão recebendo assessoramento e acompanhamento pedagógico por meio de uma parceria entre o MEC, UFSM e UFP para auxiliar as redes e sistemas de ensino na implementação do Proinfância em seus municípios.

Este trabalho consiste em assessoria técnica e pedagógica para os municípios, buscando a qualidade da Educação Infantil. Para tanto, possibilita a formação dos professores, pois não se trata apenas de um prédio novo, mas de um espaço planejado para a criança e que os professores precisam recheiar com qualidade. Ou seja, essa assessoria quer aproximar-se dessas unidades do Proinfância, trazendo a compreensão do que significa um trabalho com as mais diversas faixas etárias da Educação Infantil, construindo currículos adequados às nossas crianças. Conforme dados do Blog do Proinfância/UFSM:

O trabalho conjunto entre UPF e UFSM teve início ainda na metade de 2012. O projeto inclui atividades de pesquisa e assessoria, como a construção do perfil dos municípios envolvidos, a problematização desse perfil e, finalmente, a implementação do Proinfância. Isso deve ocorrer até o final de 2014, prazo que o MEC deu aos seus assessores técnicos para a conclusão dos trabalhos, que resultarão na publicação de relatórios oficiais e dois livros (UFSM, 2013).

A UFSM promove desde o ano de 2013, Ciclos Formativos de Assessoramento e Acompanhamento do Proinfância da região central do RS, onde foram trabalhadas as concepções de infância e suas implicações para o trabalho pedagógico junto às crianças de até seis anos de idade, as crianças em sua diversidade nas culturas contemporâneas em diferentes tempos e espaços na Educação Infantil (creches e pré-escolas) nas Unidades do Proinfância.

Esses encontros reúnem Secretários Municipais de Educação, Assessores e Docentes da Educação Infantil de um grupo de 16 municípios da região central para a qualificação pedagógica das práticas educativas com as crianças menores de 6 anos. Os encontros acontecem em ciclos formativos nas três regiões de cobertura do Projeto – Santa Maria, Ijuí e Passo Fundo, onde contam com equipes de pesquisadores vinculados à Unijuí e à UPF, e parceiros no Projeto Proinfância UFSM.

O projeto é financiado por um convênio entre o MEC/FNDE e a UFSM/Centro de Educação, numa parceria que atende a 150 municípios as regiões central, noroeste e norte do Rio Grande do Sul, na implementação do Programa Proinfância, oportunizando a pesquisadores, formadores de profissionais da Educação Infantil, e gestores da educação municipal, congregando esforços para enfrentar os “antigos e os novos problemas” através da integração de ações para fazer cumprir o papel do Estado como instrumento político de igualdade. Também concretiza a extensão universitária com as parcerias entre a Universidade e a Educação Básica, e articula ações de pesquisa na gestão das práticas pedagógicas para a Educação Infantil (UFSM, 2013).

Diante disso, percebemos um grande empenho de todos os envolvidos com o Programa Proinfância, no sentido de qualificar não só a estrutura física das escolas de Educação Infantil, mas qualificar a formação profissional dos professores que lá irão atuar, buscando aproximar as políticas públicas com o contexto da escola, repensando as práticas pedagógicas e o trabalho a ser desenvolvido com a criança na Educação Infantil.

CAPÍTULO 2

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO PROINFÂNCIA EM SÃO PEDRO DO SUL: REPERCUSSÕES NA PRÁTICA

Esta pesquisa buscou compreender o processo de construção do PPP da Unidade do Proinfância localizada no município de São Pedro do Sul/RS, bem como, conhecer as concepções de infância, educação infantil, currículo e PPP da equipe gestora da escola e da Secretaria Municipal de Educação. Para tanto, foram elaborados questionários que foram respondidos pela Secretária de Educação (SE), pela Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil do município (CP), pela Diretora da Escola (D) e por duas professoras que atuam na Educação Infantil da escola em estudo (P1 e P2) e analisado o PPP da escola (PPP, 2014).

Nos questionários buscou-se algumas informações sobre os sujeitos investigados onde constatou-se que todas as participantes da pesquisa possuem ensino superior completo, sendo que a SE é formada em Educação Artística – licenciatura plena, possui especialização Mídias em Educação e está secretária de educação há um ano. A CP tem magistério e é formada em Letras (Português/Literatura), está no cargo há dois anos. A Diretora da Escola (D) é formada em Pedagogia, tem especialização em Supervisão escolar e está atuando na direção há um ano. A professora 1 (P1) é formada em Pedagogia com especialização em Educação Infantil e atua há dois anos, atualmente atende a turma de maternal na escola. A professora 2 (P2) também é formada em Pedagogia, com especialização em gestão escolar, atua há dez anos e atualmente atende a turma do maternal.

A unidade do Proinfância está situada na zona oeste do município de São Pedro do Sul/RS e atende cento e setenta e seis crianças, a partir dos três anos. A escola possui seis turmas, duas do maternal (nível 1 e 2) e duas de pré-escola (nível 1 – 4 anos e nível 2 – 5 anos, sendo duas turmas de cada). Devido algumas exigências feitas pela vigilância sanitária, este ano a escola ainda não atendendo o berçário.

O processo de construção do PPP de uma escola é permeado de sentidos e significados. Revela os anseios, desejos e concepções de todos os envolvidos

nesse processo. Por isso, é tão importante a participação e a consciência de se estar indicando caminhos para uma sociedade mais crítica e autônoma, bem como, construindo possibilidades de uma educação com mais qualidade, atendendo as necessidades dos alunos e da comunidade em seu entorno, promovendo assim, a cidadania, pois como diz Freire (2003, p. 54) “a conscientização é exigência humana, é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica”.

Para o autor, é esta curiosidade que move, inquieta e provoca a busca do professor. Ou seja, mais um dos saberes necessários à prática educativa e que podemos visualizar na fala das professoras envolvidas nesta pesquisa. Para tanto, identificamos duas categorias que permearam todas as falas das professoras: o PPP como norteador do fazer pedagógico na escola e a Educação Infantil como um espaço da criança.

Ao falarem sobre o PPP e sua importância todas as professoras demonstram compreender que este precisa ser elaborado pela escola e pela comunidade, envolvendo a participação de todos, promovendo um trabalho integrado, a fim de atender os objetivos e metas elaborados para a escola. Enfim, serve para “nortear o trabalho da instituição” (D). A CP acrescenta que o PPP “possibilita a gestão democrática, uma vez que, assim, todos os envolvidos com a educação, seja por meio dos conselhos, reuniões, enfim, todos possam opinar, sugerir e se responsabilizar com o contexto escolar”.

A gestão escolar democrática é entendida como um espaço que promove a participação de todos nas tomadas de decisões (LUCK, 2006). Portanto, trata-se de “pensar a escola como um todo, unida para um mesmo fim e com objetivos comuns e possíveis de serem alcançados” (SE). “Demonstra o que a escola idealiza, quais suas metas, objetivos e quais os caminhos possíveis de atingi-los” (P1). Além de ser “a maneira que a escola organiza seu fazer pedagógico” (D), o PPP “é uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (VEIGA, 2002, p.13). De acordo com Veiga (2002, p. 14), o PPP

[...] tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.

Nesse sentido, a autora salienta que Político e Pedagógico têm uma significação indissociável, portanto, é um processo permanente de reflexão. Ao analisar o PPP da escola foi possível perceber que este reconhece a importância da identidade pessoal dos alunos, de suas famílias, dos professores e outros profissionais envolvidos para que os objetivos e os princípios básicos da educação infantil sejam garantidos nas práticas cotidianas da instituição (PPP, 2014).

Quando questionadas sobre o processo de elaboração do PPP da Unidade do Proinfância do município as professoras descreveram que “o processo foi elaborado em conjunto com os professores, a direção, os funcionários, os pais, enfim, toda a comunidade escolar sob a coordenação e apoio da equipe da SMEC” (SE). Para Veiga (1995, p. 15), para que a construção do PPP se efetive é necessário mobilizar todos os envolvidos de forma espontânea, propiciando situações que lhes permitam “aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente”.

Assim, a participação efetiva pressupõe que os professores possam discutir e analisar os problemas que vivenciam em interação com a organização escolar, para a partir dessa análise, definir caminhos para superar as dificuldades encontradas. Com esse procedimento, o problema e os caminhos apontados são de todos e não da equipe diretiva da escola, promovendo assim responsabilidades coletivas, espírito democrático e a prática da autonomia (LUCK, 2006).

Atitudes como essa promovem a gestão escolar democrática, pois todos participam, colaboram, contribuem e se engajam na busca da concretização de objetivos comuns, produzindo transformações em seu meio. Sobre como foi o envolvimento dessas professoras na elaboração do PPP, todas relataram que participaram das reuniões (D, P1 e P2), a CP norteou o processo de construção do PPP e a SE acompanhou todo o processo, oportunizou cursos de capacitação, além de citar que foi necessário nomear mais professores com formação específica para atuar na Educação Infantil, a fim de atender as demandas que surgiram durante a construção do PPP. Essas ações vem ao encontro das questões sobre o que é e para que serve a Educação Infantil. Atende também, aos pressupostos da qualidade na Educação Infantil.

Ao falarem sobre o que é Educação Infantil, as professoras conceituaram como a primeira etapa da Educação Básica (D, P1, P2, SE e CP) “que visa a criança como um ser histórico e cultural, com direitos ao cuidado e a educação” (CP). Essa

afirmação nos remete tanto a pensar a Educação Infantil como um espaço para o cuidar e educar as crianças previstos nas DCNEI quanto na valorização da criança como um ser histórico e cultural. Nesta perspectiva, lança-se um novo olhar sobre a infância, exigindo formação específica para atuar no universo infantil.

Segundo Kramer (2007, p. 274), “compreender o olhar da infância é importante para compreender a face do mundo que as encara”. Assim, o trabalho desenvolvido na Educação Infantil precisa articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural da humanidade (BRASIL, 2010). Desta forma, para as professoras, a Educação Infantil serve para proporcionar “o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos em seus aspectos físicos, afetivos, intelectuais, linguístico, social, ligados ao cuidar, educar e a valorização do brincar como meio de expressão e de crescimento da criança” (P1). Todas as professoras reconheceram a Educação Infantil como um espaço/tempo importante para a criança e para o seu desenvolvimento integral, complementando a ação da família.

Contudo, a Educação Infantil precisa contemplar em sua proposta pedagógica os princípios éticos, políticos e estéticos, bem como, as interações e a brincadeira (BRASIL, 2010).

Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientadas, de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, deve ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23- 24).

A fala das professoras vai ao encontro do RCNEI (1998) e das DCNEI (2010), pois ambas destacaram elementos que precisam estar presentes nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, tais como, o conhecimento de si e as interações com o outro, diversificadas experiências, diferentes linguagens e a construção da autonomia. O PPP da escola destaca ainda que toda a sua ação educativa envolve o conjunto de decisões e ações voltadas para a consecução dos objetivos educacionais, que levam em consideração os diferentes eixos do trabalho educativo que são a Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo (PPP, 2014). E

isso, só é possível, por meio da intervenção do professor na Educação Infantil que deve possibilitar que

[...] as crianças possam, em situações de interação social ou sozinha, ampliar suas capacidades de apropriação de conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos (BRASIL, 1998, p. 30).

Para Freire (2003), o que transforma a realidade é a ação, o desejo de mudança, a intencionalidade. Por isso, a garantia da qualidade da Educação Infantil não está apenas nas políticas públicas, mas nas mãos dos professores que estão no dia a dia da escola.

As professoras apontaram como pressupostos importantes para promover a qualidade da Educação Infantil na perspectiva do Proinfância, a criança como centro do processo educativo (P1, P2, CP, D, SE). A SE destacou ainda, que o cuidar e o educar permeiam todo o processo educativo, “visando qualidade nas vagas ofertadas, tendo o cuidado com a faixa etária e a individualidade dos alunos”. Outra questão relevante refere-se às mudanças que o Proinfância provocou, além do suporte material, no contexto escolar: a possibilidade de repensar a prática pedagógica por meio de estudo, reuniões pedagógicas, cursos de capacitação, bem como, a nomeação de professores com formação específica que está promovendo mais qualidade no trabalho desenvolvido.

É importante destacar, que os municípios da região central do RS que foram contemplados com Unidade do Proinfância, além do auxílio financeiro para a estrutura física da escola, estão recebendo Assessoramento e Acompanhamento técnico e pedagógico da UFSM, por meio de Ciclos Formativos que envolvem os Secretários de Educação, coordenação pedagógica e professores e visitas técnicas nos municípios em que as Unidades já estão em atividade escolar.

As professoras da Educação infantil do município de São Pedro do Sul/RS participam das formações, desde 2013. Essas formações realizadas na UFSM tem o objetivo de qualificar o trabalho que será desenvolvido nas Unidades do Proinfância, e vislumbra aproximar as políticas públicas da Educação Infantil, tais como, as DCNEI (2010) do fazer pedagógico, já que este documento orienta as ações a serem desenvolvidas nas escolas de Educação Infantil do Brasil.

Com a ampliação do número de vagas na Educação Infantil, houve a necessidade de nomear professores com formação específica, como relatou a SE. Esta questão promove a qualidade na Unidade do Proinfância no município de São Pedro do Sul/RS, pois potencializa as práticas pedagógicas na escola, já que o professor tem a compreensão sobre o trabalho que pode e deve ser desenvolvido com as crianças.

Podemos dizer que esse movimento de pensar a Educação Infantil na perspectiva do Proinfância e a construção do seu PPP provocou nos professores a necessidade de repensar sua ação pedagógica e conseqüentemente sobre a sua formação continuada a partir do seu contexto de trabalho. Com isso, os professores foram capacitados e incentivados a refletir sobre os tempos e os espaços na Educação Infantil. Os encontros formativos de Assessoramento Técnico e Pedagógico promovido pela UFSM em parceria com o MEC promoveram, além da adequação dos espaços físicos para receber as crianças, a reflexão sobre a ação pedagógica a ser desenvolvida no dia-a-dia da escola.

Para Ferreira (2007, p. 46) “a educação continuada e permanente dos profissionais precisa centrar-se na reflexão sobre a prática pedagógica, tendo como esteio o cotidiano escolar e organizando-se em ações reflexivas a partir do próprio grupo profissional”. Para a autora, os professores são sujeitos sociais que desenvolvem um trabalho coletivo na escola que é um ambiente dinâmico e complexo que exige constante reflexão sobre sua prática pedagógica. Considera ainda que, ao elaborarem o PPP da escola os professores incidem sobre aspectos relativos à profissionalidade.

Freire (2003) também destaca a reflexão crítica sobre a prática como fundamental para a formação continuada e permanente dos professores, pois é a reflexão crítica sobre a prática que vai promover mudanças significativas e qualificar a ação pedagógica do professor. A reflexão sobre o fazer pedagógico do professor é indispensável para qualificar seu trabalho e traçar caminhos para que a gestão democrática se concretize no espaço escolar.

Para tanto, as práticas pedagógicas na Educação Infantil precisam considerar a criança em sua totalidade, respeitá-la e desafiá-las. As crianças precisam ter voz e serem acolhidas na forma como significam o mundo e a si mesmas. A educação Infantil precisa constituir-se em um espaço/tempo da criança. Lugar onde ela possa brincar, experienciar, imaginar, criar, sonhar, aprender, interagir e ser feliz.

Percebemos que as professoras consideram necessário contextos formativos que possam reestruturar as concepções docentes no que concerne a organização do tempo pedagógico da Educação Infantil.

Percebemos, também, que as professoras da escola, a equipe gestora e a secretaria de educação estão buscando desenvolver um trabalho em conjunto, coerente e de acordo com as políticas públicas para a Educação Infantil. Para as professoras, os objetivos traçados no PPP: “proporcionar práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte de seu contexto, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança através do cuidar, do educar e do brincar” (PPP, 2014, p. 6) estão sendo atendidos, pois foi uma construção coletiva onde todos estão responsabilizados e comprometidos com a proposta: “vemos sim avanços quanto a questões da qualidade nas práticas com a educação infantil e o envolvimento de todos com a educação como gestores, professores, pais, agentes de serviço [...]” (CP).

A construção do PPP contou com a participação de todos os envolvidos com a escola: professores, pais, equipe gestora e secretaria de educação, buscando atender as demandas educacionais e sociais da escola. Nesta proposta, a concepção de criança está atrelada ao de sujeito histórico e de direitos, o trabalho pedagógico está centrado nas interações e brincadeiras promovendo experiências significativas.

Além da construção de um PPP coerente e que contemple a qualidade da Educação Infantil, esse processo de construção também possibilitou a ressignificação do trabalho pedagógico, pois com as mudanças ocorridas, não somente em estrutura física, mudaram os sujeitos, mudaram o contexto e conseqüentemente a escola. Portanto, criou-se um espaço de interlocução, dialogicidade e estudo nesse processo de construção desse PPP atendendo aos princípios da gestão escolar democrática, entendido como sendo o processo político pelo qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas, acompanham e avaliam ações voltadas para o desenvolvimento da própria escola (VEIGA, 2002). O caminho está sendo construído com vistas a uma gestão escolar democrática.

NOVAS CAMINHADAS A VISTA

Parafraseando Freire (2003, p. 50), “onde há vida, há inacabamento”, queremos dizer que este é um novo ponto de partida para continuarmos pensando sobre a importância do PPP nas escolas. O Proinfância é um programa inovador que está buscando auxiliar os municípios a atender uma das metas do PNE (BRASIL, 2014), que é universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola (4 e 5 anos) e ampliar o atendimento, no mínimo, em 50% das crianças de zero a três anos. Porém, é necessário ter uma proposta coerente, articulada e pensada por todos e para atender as necessidades do contexto em que está inserida. É preciso, também, adequar os profissionais conforme a necessidade da escola.

A construção do PPP da Unidade do Proinfância localizada no município de São Pedro do Sul/RS envolveu pais, funcionários, professores, equipe diretiva, coordenadora pedagógica da Educação Infantil e Secretária Municipal de Educação. O envolvimento de todos nesse processo qualificou as ações e a participação, tornando todos corresponsáveis pelas ações planejadas e desenvolvidas na escola.

Para que esta elaboração fosse possível, foram necessários muitos momentos de reunião, estudo, acompanhamento, replanejamento e constante reflexão sobre o fazer pedagógico. Contudo, ampliou-se a concepção de infância e Educação Infantil, valorizando-se a criança como centro do processo educativo e como sujeito histórico e de direitos.

Conforme Veiga (2001, p. 55), a superação do centralismo burocrático pressupõe

[...] o envolvimento de diferentes instâncias que atuam no campo da educação, além do coletivo da escola, na construção de seu projeto político-pedagógico, exprimindo sua intencionalidade pedagógica, cultural, profissional e construindo um modelo de gestão que podemos entender como democrático.

A construção de um PPP constitui-se na consolidação de um processo permanente de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar (VEIGA, 2001).

Percebemos que a democratização da Educação Infantil se configura como meta da sociedade brasileira e como foco das políticas educacionais. Neste sentido,

essa pesquisa que buscou compreender o processo de construção do PPP dessa Unidade acredita que o entendimento das políticas educacionais é fundamental, tanto em relação às formas como são concebidas e implantadas quanto aos seus conteúdos e intenções.

Nesse sentido, entendemos o Proinfância como sendo uma política nacional de expansão da oferta de Educação Infantil que como parte de um Sistema Educacional busca integrar, respeitar as diversidades, bem como, preservar suas especificidades. A Educação Infantil foi reconhecida por todas as professoras como a primeira etapa da Educação Básica, portanto, importante para o desenvolvimento da criança como um sujeito histórico e de direitos, sendo necessário que a escola tenha um PPP que promova articulação da Secretaria de Educação com a escola, com as famílias e com a comunidade garantindo a qualidade da Educação Infantil.

O Proinfância provocou mudanças para além da estrutura física, de ampliação de vagas, de espaço físico, de números de professores. Provocou a Secretaria de Educação do município em conjunto com a equipe diretiva da escola e seus professores, pensar uma escola de Educação Infantil voltada para o cuidar e o educar, tendo a criança como centro do processo educativo. A formação continuada das professoras foi promovida a partir das situações do contexto. E esse processo precisou ser coletivo. Para Veiga (2001, p. 57)

Pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e a sua função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas nela envolvidas, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consistente e possível.

Por fim, as professoras, sujeitos dessa pesquisa, estão trabalhando em colaboração com seus pares tornando a gestão escolar democrática um caminho possível de ser experienciado e vivenciado no contexto escolar. Sabemos que o caminho continua, mas temos os primeiros passos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSEDAS, E. et al. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n. 006**, de 24 de abril de 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei n. 12.796 de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 05 de dezembro de 2009**.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069/1990. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Editora Pallotti, Santa Maria-RS, 2003.

BUJES, M. I. E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. (Orgs.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, cap.3, p. 13-22, 2001.

CARNEIRO, N. P. **Gestão educacional: algumas considerações**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 8 agosto. de 2013.

CERISARA, A. B. **A pré-escola e as implicações pedagógicas do modelo histórico-cultural**. Caderno Cedes, Campinas, nº 35, Campinas: Papirus/CEDES, 1995.

CURRÍCULO. Material da disciplina Gestão Escolar e Organização Curricular. Unidade D, 2013.

FERREIRA, L. S. Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores. In: **Educação em Revista**, UNESP, Marília-SP, v.8, n.1, p. 35-48, 2007.

FERREIRA, N. S. C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FLORES, M. L. R.; MELLO, D. T. Ampliação do Acesso à Educação Infantil via Proinfância ; Análises de uma Política Pública em Colaboração. In: Fórum Europeo de Administradores de la educaciona (FEAE) Associação Nacional de Política e Administração Educacional, 2012, Zaragoza - Espanha. Gestión Pedagógica y Política Educativa - III Congresso Ibero-Americano de PolíticaY Administracions de la Educación, 2012. v. 1.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas Proinfância**. Brasília, 2008. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. RJ: Paz e Terra, 2003.

KRAMER, S. (Org.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

LUCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜDKE, M., e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. SP: EPU, 1986.

MANSUR, K. V. Proposta curricular: ação de uma equipe. In: KRAMER, Sonia. **Infância e Educação Infantil**. Campinas, SP: Papyrus, 2007, p. 225-242.

NEGRINE, A. **Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa** in: A Pesquisa Qualitativa na Educação Física, 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão Educacional. Novos Olhares. Novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7ª ed. SP: Cortez, 2011.

SILVA, M. B. G. Organização curricular da escola e avaliação da aprendizagem. **Texto organizado para uso didático da Interdisciplina Organização do Ensino Fundamental, do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 1ª edição, 2006-2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. SP: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. I Encontro de Assessoramento e acompanhamento pedagógico às redes e sistemas de ensino na implementação do Proinfância em municípios da região central do estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://proinfanciaufsm.blogspot.com.br/>

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007.

_____. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e Projeto Político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** In: Caderno Cedes, Campinas: Papyrus/Cedes v.23, n.61, p.267-281, dez 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico**: uma construção possível. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

_____. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **As dimensões do Projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2001.

Anexo – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Como pós-graduanda do Curso de Especialização em Gestão Educacional à distância na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estou desenvolvendo a pesquisa “*O PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL/RS: POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA*”, sob a orientação da Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim.

O referido trabalho tem como objetivo compreender o processo de construção do Projeto Político Pedagógico de uma Escola de Educação Infantil atendida pelo programa Proinfância em São Pedro do Sul/RS. Para tanto, eu, Alexandra Rosa Silva, pesquisadora responsável, comprometo-me em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (55) 99516336 ou por e-mail alerosasilva@hotmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____ autorizo a realização do questionamento sobre a temática proposta.

Em caso positivo, solicito a utilização das falas do(a) acima citado, sem identificação do nome, apenas com nome fictício, na monografia de conclusão de curso e publicações associadas. Então, cientes do escrito acima, assinam as pessoas envolvidas:

Pesquisadora: _____

Entrevistado: _____

Agudo,de outubro de 2014.

Apêndice – Questionário

Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Centro de Educação - CE
Curso de Especialização à distância em Gestão Educacional

Especializanda: Alexandra Rosa Silva

Orientadora: Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Venho por meio deste, solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “O PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL/RS: POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA”. O objetivo central do estudo é como compreender o processo de construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola de Educação Infantil atendida pelo programa Proinfância em São Pedro do Sul/RS. É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos à respeito da gestão democrática na educação infantil e sua contribuição para a mesma.

Obrigada pela sua colaboração!

Nome: _____

Cidade: _____

Instituição: _____

Formação: _____

Pós-graduação: _____

Cargo que exerce na instituição: _____

Tempo de atuação no cargo: _____

Turma que atende na escola: _____

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

1) Para você, o que é Projeto Político Pedagógico?

2) Qual a importância do Projeto Político Pedagógico?

3) Na sua opinião, o que é Educação Infantil?

4) Para que serve a Educação Infantil?

5) Como foi o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade do Proinfância do seu município?

6) Os pressupostos da qualidade na educação infantil previsto no Proinfância estão sendo atendido? Quais deles e de que forma?

7) O Proinfância alterou algo na instituição, além do suporte material?

8) Como foi seu envolvimento nesse processo?

9) As propostas contidas no PPP estão sendo atendidas? Justifique sua resposta.

Obrigada pela disponibilidade,
Alexandra Rosa Silva.
Pós-Graduanda do Curso de Gestão Educacional